

**ONE INTERNET SA.
Companhia Fechada de Capital Autorizado.
CNPJ 26.362.007/0001-47**

**3ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE JANEIRO DE 2022.**

1. LOCAL, HORA E DATA:

Realizada em 14 de Janeiro de 2022, às 13:30 horas, na sede social da Companhia, na **Avenida Senador Área Leão nº 2185, sala 1309, Bloco 02; Edifício Manhattan River Cent, Bairro: São Cristóvão CEP: 64051-090 Teresina – PI.**

2. PRESENÇA:

Dispensada Convocação, tendo em vista presença de 100% dos acionistas (conforme assinaturas apostas no livro de “Presença de Acionistas”), tendo como Presidente da Mesa de trabalho o Sr. **FERNANDO OLIVEIRA LIMA** e como Secretário o Sr. **FRANCISCO RIBEIRO DE LIMA.**

3. MESA:

FERNANDO OLIVEIRA LIMA – PRESIDENTE,
FRANCISCO RIBEIRO DE LIMA – SECRETÁRIO.

ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES

4- ORDEM DO DIA – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA:

- a)** Alteração dos Artigos 7º § 2º, 10º, 11º, 12º, 21º, 23º, 24º, 39º, 40º, 41º e 42º do Estatuto Social da Companhia;
- b)** Alteração das Cláusulas 2.3, 3.1, 3.3.3, 4.1, 7.1, 8.1, 9.1 e 10.1 do Instrumento Particular de Compra e Venda Privada de Ações de Sociedade Anônima de Capital Fechado;

5- DISCUSSÕES:

O Sr. Presidente **FERNANDO OLIVEIRA LIMA** submeteu a apreciação dos acionistas ordinários a possibilidade de aumento dos percentuais obrigatórios máximos de distribuição dos lucros que recaírem sobre as ações preferências até o limite de 3% (três por cento), a partir da apuração do mês de fevereiro de 2022 com distribuição no mês de março de 2022, devido ao resultado financeiro apresentado pela companhia no exercício financeiro de 2021, bem como a necessidade de aperfeiçoamento do Estatuto Social da Companhia e ao Instrumento Particular de Compra e Venda Privada de Ações de Sociedade Anônima de Capital Fechado, conferindo assim maior segurança jurídica, e ainda, atendendo aos mais elevados requisitos de governança e compliance.

6- DELIBERAÇÕES:

Após a leitura da Ordem do dia e colocada em discussão foram aprovados por unanimidade de votos:

- a)** Alteração dos Artigos 7º § 2º, 10º, 11º, 12º, 21º, 23º, 24º, 39º, 40º, 41º e 42º do Estatuto Social da Companhia que passou a contar com as seguintes redações:

Artigo 7º - O capital social será representado por ações ordinárias e preferenciais.

Parágrafo 2º - As ações preferenciais gozarão de prioridade na distribuição de dividendos e receberão no máximo 3% (três por cento) de divisão nos lucros, proporcionalmente ao volume de ações detidas pelo acionista.

Artigo 10º - Os Acionistas detentores de cotas preferências se obrigam a não vender,

doar, legar, ceder, transferir ou por qualquer forma e a qualquer título alienar ou prometer fazê-lo, direta ou indiretamente, total ou parcialmente as suas ações, no entanto, em pretendendo alienar os detentores das ações ordinárias detêm o direito de preferência.

Artigo 11º - Todas as ações emitidas pela companhia encontram-se gravadas com a Cláusula de Impenhorabilidade, impedindo que estas sejam objetos de penhora, tendo sido registrado junto a Junta Comercial competente.

Artigo 12º - O controlador da companhia poderá a qualquer momento adquirir a título oneroso parte ou a totalidade das ações preferenciais emitidas pela companhia, obrigando-se a pagar o valor nominal no ato de aquisição pelo acionista preferencial.

Artigo 21º - A Companhia será administrada pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração quando constituído e ocorrerá de forma permanente sendo-lhe assegurada as condições necessárias para que conduza as atividades em conformidade com os estatutos aprovados, procurando sempre realizar práticas idôneas, agindo conforme a lei e as normas regulatórias aplicáveis, os padrões de ética e boa prática comercial, e, mormente, os interesses, objetivos, a imagem e a boa reputação da companhia.

Artigo 23º - Serão conferidos aos órgãos de administração todos os direitos políticos, podendo exercer o direito a voto em assembleias e reuniões de acionistas, participando efetivamente de todos os atos da companhia.

Artigo 24º - Os acionistas preferências nos termos do Artigo 653 do Código Civil, confere aos órgãos de administração poderes de mandato, para que em seu nome pratique todos os atos da companhia, administrado assim os seus interesses.

Artigo 39º - Qualquer controvérsia, litígio ou conflito (uma "Controvérsia") decorrente de/ou relacionada a este instrumento ou sua validade, sua interpretação, seu cumprimento ou sua execução, bem como relações entre os sócios ou assuntos relativos à sociedade, será resolvida em instância única e irrecorrível por arbitragem.

Artigo 40º - A arbitragem será realizada de acordo com o Regulamento, Regimento e demais procedimentos da **Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, com endereço na Avenida Paulista, nº. 1313, 12º Andar, São Paulo/SP, Cep. 01311-923** Instituição arbitral designada para administrar a arbitragem, por, no mínimo, 3 (três) árbitros imparciais nomeados de conformidade com o seu Regulamento, que desde já integra o presente instrumento. A sentença arbitral a ser proferida poderá ser objeto de execução judicial no foro de escolha da parte vencedora na arbitragem.

Artigo 41º - Do início da Arbitragem. A parte que desejar a solução de suas controvérsias pelo processo arbitral requererá à Secretaria Executiva da Câmara de Arbitragem, expondo seu ponto de vista sobre os fatos e direito pretendido. A Secretaria Executiva realizará a notificação da outra parte para se submeter à Câmara de Arbitragem.

Artigo 42º - A lei aplicável será a brasileira, sendo vedado aos árbitros julgar por equidade. A arbitragem deverá ser conduzida no idioma português.

b) A alteração das Cláusulas 2.3, 3.1, 3.3.3, 4.1, 7.1, 8.1, 9.1 e 10.1 do Instrumento Particular de Compra e Venda Privada de Ações de Sociedade Anônima de Capital Fechado que passou a contar com a seguinte redação:

2.3 O COMPRADOR se obriga a não vender, doar, legar, ceder, transferir ou por qualquer forma e a qualquer título alienar ou prometer fazê-lo, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, as suas ações adquiridas por meio desse instrumento.

3.1 Dentro dos primeiros 90 (noventa) dias após a aquisição da ação preferencial, o COMPRADOR somente poderá revender suas ações para o VENDEDOR na qual poderá realizar a aquisição das ações pelo preço de aquisição com deságio de 20% (vinte por cento).

3.3.3 Após aprovada a alienação das ações a terceiros e fechamento da operação o COMPRADOR terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para informar a SOCIEDADE da alienação e apresentar a comprovação da transação.

4.1 Todas as ações adquiridas pelo COMPRADOR e emitidas pela SOCIEDADE encontram-se gravadas com a Cláusula de Impenhorabilidade, impedindo que estas sejam objetos de penhora, tendo sido registrado junto a Junta Comercial competente.

7.1 A administração da SOCIEDADE ocorrerá de forma permanente pela sua diretoria eleita, sendo-lhe assegurada as condições necessárias para que conduza as atividades em conformidade com os estatutos aprovados pela diretoria, procurando sempre realizar práticas idôneas, agindo conforme a lei e as normas regulatórias aplicáveis, os padrões de ética e boa prática comercial, e, mormente, os interesses, objetivos, a imagem e a boa reputação da SOCIEDADE.

8.1 O COMPRADOR tem ciência que foram conferidos a diretoria da SOCIEDADE, por meio de seus estatutos, todos os direitos políticos, podendo exercer o direito a voto em assembleias e reuniões de acionistas, participando efetivamente de todos os seus atos.

9.1 O COMPRADOR, nos termos do Artigo 653 do Código Civil, confere a diretoria da SOCIEDADE poderes de mandato, para que em seu nome pratique todos os atos da SOCIEDADE, administrado assim os seus interesses.

10.1 O VENDEDOR poderá a qualquer momento adquirir a título oneroso parte ou a totalidade das ações preferenciais da SOCIEDADE, obrigando-se o COMPRADOR a vender pelo valor nominal de aquisição.

Teresina/PI, 14 de janeiro de 2022.

ASSINADO DIGITALMENTE
FERNANDO OLIVEIRA LIMA
Presidente da Mesa

ASSINADO DIGITALMENTE
FRANCISCO RIBEIRO DE LIMA
Secretário da Mesa

ASSINADO DIGITALMENTE
FERNANDO OLIVEIRA LIMA
Diretor Presidente
Diretor Financeiro

ASSINADO DIGITALMENTE
FRANCISCO RIBEIRO DE LIMA
Diretor Vice Presidente
Diretor Administrativo

ASSINADO DIGITALMENTE
OIG CAPITAL LTDA
CNPJ: 36.441.162/0001-02
Representada por: **FERNANDO OLIVEIRA LIMA**
CPF: 037.625.983-39
Acionista

ASSINADO DIGITALMENTE
WATSON PACHECO DA SILVA
Advogado OAB nº. 30517



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ONE INTERNET S.A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00500908109	
03762598339	
79108342334	